



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 21 MAR 2011

1º Secretário

Projeto de Lei nº 196/11

Altera o artigo 27 da Lei nº
13.806, de 30 de setembro de 2002.

Art. 1º Fica alterado o artigo 27 da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002, que passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 27 O Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e das Condições Meteorológicas deverá ser implementado, prioritariamente, nas regiões ou localidades com maior concentração de fontes móveis ou estacionárias de poluição atmosférica e avaliar as concentrações dos poluentes cujos efeitos potenciais possam afetar significativamente a qualidade do ar.

§ 1º O monitoramento da qualidade do ar deverá adotar medidas de amostragem e análise normatizados, que possibilitem a comparação dos resultados assim obtidos com os padrões vigentes.

§ 2º Fica assegurada a toda a população, acesso e acompanhamento do sistema de gerenciamento da qualidade do ar do Estado do Paraná, que deverá disponibilizar a cada hora a concentração de gases e particulados medidos pelas estações automáticas de monitoramento para os poluentes amostrados, tais como O3, SO2, NO2, CO, PTS, PI e fumaça. Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias, em relatório único.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de março de 2011.

PASTOR EDSON PRACZYK
Deputado Estadual

RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 6116
EM 22.03.11
FUNCIÁRIO

1442 21/03/2011 09:11:06 DP DECENTRAL LEGISLATIVA DO PRN



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo tornar acessível e útil à população os índices da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba.

Atualmente existem treze estações de amostragem do ar, quatro delas em Curitiba (Cidade Industrial, Santa Cândida, Boqueirão e Praça Ouvidor Pardiniho) que analisam de trinta em trinta segundos os índices de O₃ (ozônio), NO (nitrogênio), NO₂ (dióxido de nitrogênio), CO (monóxido de carbono), PTS (particular totais em suspensão) e PI (partículas inaláveis). Em Araucária estão localizadas outras quatro estações automáticas. A estas oito estações automáticas somam-se as quatro manuais de Araucária e Curitiba, as quais fornecem médias diárias para SO₂, PI PTS em uma delas.

A soma das estações automáticas e manuais constitui uma rede de monitoramento que possibilita a real avaliação das condições da qualidade do ar de Curitiba e Região Metropolitana. Consideramos importante que os resultados dessa avaliação possam ser facilmente consultados pela população, para que assim cada um tome as providências que considere importantes para a preservação da sua qualidade de vida e de seus familiares.

Para tanto, certos da importância da presente proposta, pedimos o apoio dos senhores e senhoras Parlamentares.

TZ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 196/11

Projeto de Lei nº 196/11

Autor: Dep. Pastor Edson Praczyk

Súmula: Altera o artigo 27 da Lei nº 13.806,
de 30 de setembro de 2002.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, visa alterar dispositivos da Lei nº 13.806/02 que dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar.

FUNDAMENTAÇÃO

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

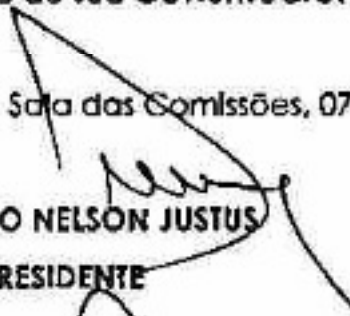
Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)


Assim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

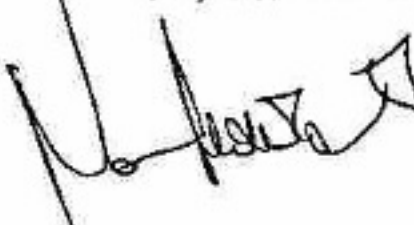
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opta-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 07 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURL
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 196/2011

Autor: Deputados: Pastor Edson Praczyk e Rasca Rodrigues

Súmula: Altera o artigo 27 da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002.

I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Rasca Rodrigues, objetiva alterar o art. 27 da Lei nº 13.806, de 2002, condicionando melhor qualidade do ar, coibindo a poluição atmosférica e avaliar a concentrações de poluentes que possam prejudicar a qualidade do ar.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado com relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 196/2011, na qual passo a relatar:

O Projeto de Lei nº 196/2011 trata exclusivamente de assunto envolto ao interesse público. Uma vez que propicia condições para combater possíveis poluentes que possam prejudicar a saúde de nossa população. Criando um monitoramento da qualidade do ar através de medidas de amostragem e análise normatizados. Inclusive dando condições para que a população tenham acesso e acompanhamento do sistema de gerenciamento da qualidade do ar.

No que tange ao mérito da matéria entendo que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo. Por se tratar de matéria que atende ao interesse público, uma vez que as ações impostas irão trazer melhores condições de saúde para a população paranaense.

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 196/2011 na sua forma apresentada.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 196/2011, os Deputados que compõem a Comissão Saúde, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

Dr. Batista
Presidente Comissão

Adelfino Ribeiro Silva
Relator

Comissões, 06/07/11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 196/11

Projeto de Lei nº 196/11

Autoria: Deputados: Pastor Edson Praczyk e Rasca Rodrigues

Objetivo: Altera o artigo 27 da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002.

O Projeto em pauta objetiva tornar acessível e útil à população os índices da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba. Hoje, existem treze estações de amostragem do ar, sendo quatro delas em Curitiba: Cidade Industrial, Santa Cândida, Boqueirão e Praça do Ouvidor Pardiniho, que analisam de trinta em trinta segundos os índices de Ozônio (O₃), de nitrogênio (N), dióxido de nitrogênio (NO), monóxido de carbono (CO), particular totais em suspensão (PTS), e Partículas inaláveis (PI). As outras quatro estações automáticas estão localizadas em Araucária, enquanto que as quatro manuais estão divididas, duas em Araucária e duas em Curitiba. Suas finalidades são – tanto as automáticas, quanto as manuais – constituem uma rede de monitoramento que possibilita a avaliação das condições da qualidade do ar de Curitiba e Região Metropolitana. Considera-se importante que os resultados dessa avaliação possam ser facilmente consultados pela população, para que assim cada um tome as providências que considere importantes para a preservação da sua qualidade de vida e de seus familiares.

Essas palavras estão contidas na justificativa do projeto. A Lei nº 13.806/2002, diz em seu artigo 1º - As atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão de qualidade do ar, são regidas pela presente lei, atendidas as disposições da legislação federal.

Artigo 27, da mesma lei (o artigo que o presente projeto pretende modificar) diz: "O Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e das Condições Meteorológicas deverá ser implementado prioritariamente nas regiões ou localidades com maior concentração de fontes móveis ou estacionárias de poluição atmosférica e avaliar as concentrações dos poluentes cujos efeitos potenciais possa afetar significativamente a qualidade do ar".

"Parágrafo Único – O monitoramento da qualidade do ar deverá adotar métodos de amostragem e análise normatizados, que possibilitem a comparação dos resultados assim obtidos com os padrões de qualidade vigentes".

O Projeto em pauta, acrescenta:

Renomeia o parágrafo único em PARÁGRAFO PRIMEIRO, mudando os termos "métodos de amostragem, para medidas de amostragem e ssssssgs...".

E acrescenta o parágrafo SEGUNDO, que diz:

"Fica assegurada a toda a população, acesso e acompanhamento do sistema de gerenciamento da qualidade do ar do Estado do Paraná, que deverá disponibilizar a cada hora a concentração de gases e particulados medidos pelas estações automáticas de monitoramento para os poluentes amostrados, tais como O3, SO2, NO2, CO, PTS, PI e fumaça. Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias, em relatório único".

Entendo que esta Comissão chamada a opinar sobre o Projeto que se refere a alteração do artigo 27 da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002, tomando a iniciativa de nenhum programa novo, sobre o meio ambiente, e, portanto, dar parecer favorável ao presente projeto, não fere qualquer preceito constitucional, pois a Lei já existe.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

E como as Comissões Permanentes são as analisam e emitem parecer técnico-legislativo ou especializado e/ou fiscalizam os atos do Poder Executivo, de acordo com seus campos temáticos, no âmbito de suas respectivas funções.

Assim, entendo que o presente Projeto em se transformando em Lei, colocará um parágrafo na Lei 13.806/02, que dará liberdade à qualquer cidadão – pessoa física ou jurídica – que ter acesso aos boletins que emitem os resultados da análise da qualidade do ar em Curitiba e na região metropolitana, e, também no interior do Estado.

Desta forma o nosso PARECER É FAVORÁVEL, à continuação da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 2011.

Deputado LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente

Deputada DANTORA MARA LIMA

Relatora



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI 196/11

Projeto de Lei nº 196/11

Autores: Dep. Pastor Edson Praczyk e Dep. Rasca Rodrigues

Sumula: Altera o artigo 27 da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002, que dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar.

I – PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Rasca Rodrigues, objetiva alterar o art. 27 da Lei nº 13.806, de 2002, incluindo parágrafo no qual garante à população o acesso ao acompanhamento dos dados do sistema de monitoramento da qualidade do ar do Estado do Paraná. Pretende ainda que o Estado disponibilize a cada hora os dados das estações automáticas e diariamente os das manuais.

II – RELATÓRIO

Em conformidade ao artigo 30 do Regimento Interno que dispõe sobre o funcionamento das comissões permanentes, e o previsto no parágrafo segundo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 2 São de competência comum das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa,

além dos preceitos específicos contidos neste Regimento Interno:

I - A emissão de pareceres conclusivos sobre proposições, em qualquer fase da tramitação

processual legislativa, manifestando-se em todas as matérias correlatas à sua área temática,

quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais, e principalmente sobre

o mérito e oportunidade das questões, podendo propor emendas, arguindo e analisando o

interesse público, procurando sempre aumentar a qualidade dos resultados legislativos.

cabe a esta comissão analisar o mérito do proposto pelo projeto.

No entendimento deste relator, a alteração da Lei permitirá melhor monitoramento por parte dos órgão de planejamento e controle ambiental, bem como propicia a transparência necessária às ações do Estado. Deve-se considerar porém, as condições operacionais impostas.



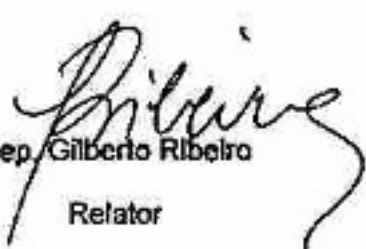
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CONCLUSÃO

Face ao exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do projeto por contemplar as boas práticas da gestão de Regiões Metropolitanas.

Curitiba, 31 de agosto de 2011


Dep. Gilberto Ribello

Relator

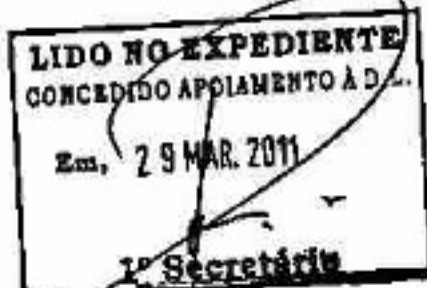

Dep. Toninho Wandscheer

Presidente


Assinatura manuscrita



Projeto de Lei nº 248/11



Determina a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON, nos locais que especifica, e dá outras providências.

Art. 1º É obrigatória a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON - Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor, nos seguintes locais:

- I - portos e aeroportos;
- II - shopping center;
- III - centros e empreendimentos comerciais que possuam acima de 65 (sessenta e cinco) lojas;
- IV - supermercados de grande porte, assim definidos aqueles que tenham mais do que 10.000m² (dez mil metros quadrados) de área construída.

§1º - O espaço para instalação do posto fixo de atendimento do PROCON poderá ser oferecido através de quiosque, desde que haja condições adequadas para atendimento ao público.



§2º - A disponibilização deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da vigência desta lei, sob pena de multa prevista no artigo 3º.

Art. 2º Os postos de atendimento ao consumidor atenderão apenas os conflitos e questionamentos oriundos de relações de consumo ocorridas no local onde estiverem instalados, condição que deverá ser comprovada pelo consumidor com a apresentação da nota fiscal ou documento semelhante que ateste a compra de bens ou contratação de serviço.


Art. 3º Na hipótese de descumprimento do disposto nesta lei, ficará o proprietário ou empreendedor do local sujeito à multa de 100 (cem) a 500 (quinhentas) UFIR, graduada de acordo com a capacidade econômica do infrator e dobrada em caso de reincidência.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, cabendo-lhe a disciplina das regras de implantação e as dimensões do espaço destinadas aos postos de atendimento, de acordo com a demanda específica de cada local.

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011.


DR BATISTA

Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

O legislador pátrio, sabedor da vulnerabilidade do consumidor perante os estabelecimentos comerciais, inseriu, no texto constitucional, entre as garantias e direitos fundamentais, a obrigatoriedade do Estado em promover a defesa do consumidor (Art. 5º, XXXII, CF).

Os Estados, União e o Distrito Federal podem legislar concorrentemente sobre "produção e consumo", visando, inclusive, à proteção ao consumidor.

As ações voltadas à defesa do consumidor tem como objeto o desequilíbrio existente nas relações contratuais entre este e o fornecedor, na maioria das vezes uma relação entre partes economicamente desiguais, fato este que exige a interferência estatal.

Em nossa sociedade atual, ávida por consumo, os shoppings, centros comerciais e supermercados são assiduamente freqüentados. Assim, disponibilizar fácil acesso aos órgãos de defesa do consumidor nada mais é do que uma obrigação constitucionalmente garantida. Muitos consumidores lesados deixam de exercer o seu direito pela dificuldade de deslocamento até um posto de atendimento. Quando o fazem acabam faltando ao emprego. Por vezes são pessoas idosas que não tem condições de saúde e acessibilidade aos centros de reclamação. É comum o consumidor dizer: "não vou atrás dos meus direitos porque não vale a pena".

Disponibilizar postos de atendimento do PROCON nesses locais seria uma forma de diminuir o tempo levado para solucionar, na maioria das vezes, conflitos que poderiam terminar com uma simples orientação.

Certamente os maus comerciantes e prestadores de serviço, que muitas das vezes contam com a ineficiência estatal e falta de disposição do consumidor, se valem disto para continuar a lesar o consumidor.



Em muitos casos, o consumidor se dirige ao escritório do órgão de defesa do consumidor, enfrenta fila para agendar uma consulta, que pode levar meses, e retorna depois de um longo período, abarrotando os atendimentos, muitas vezes, com pequenos problemas, facilmente solucionáveis se tivessem sido corretamente direcionados.

O consumidor paranaense será o maior beneficiário dessa medida, pois, inevitavelmente, estaremos desafogando os juizados especiais, utilizados como primeira e única válvula de escape para a solução de conflitos oriundos das relações consumistas (hoje em dia os juizados ainda são acionados, no entanto apenas quando esgotadas as tratativas de acordo nos órgãos de atendimento específicos).

Essa facilidade terá como objetivo fundamental a educação e a harmonia entre fornecedores e consumidores, tornando-os melhor amparados quanto aos seus direitos e deveres (art. 4º, IV, do Código de Defesa do Consumidor).

Desta forma, em razão dos motivos aqui elencados e com escopo na legislação constitucional e infraconstitucional vigente, proponho este projeto, esperando contar com o apoio de meus nobres Pares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 248/11

Projeto de Lei nº 248/11
Autor: Deputado Dr. Ballista

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por finalidade tornar obrigatória a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON – Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – nos portos, aeroportos, shopping center, centro e empreendimentos comerciais que possuam acima de sessenta e cinco lojas e supermercados de grande porte, definidos como aqueles que tenham mais de de mil metros quadrados de área construída.

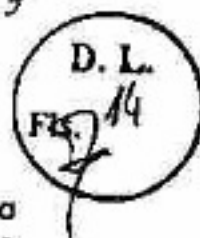
EMBASAMENTO JURÍDICO

Conforme previsto no Regimento Interno desta Casa de Leis, o nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de Lei.

Praça Nossa Senhora da Safete s/nº - Centro Cívico Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observa-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ainda, a Constituição Federal, estabelece a competência legislativa concorrente a respeito da produção e consumo, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
15


Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.


Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação;

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela Aprovação do presente Projeto de Lei, em virtude de sua Constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTOS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Cleiton Klebe - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Lito - Deputado Pêricles de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 248/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Cumprе esclarecer que, conforme autoriza o artigo 42, parágrafo único c/c o parágrafo 3º, do artigo 45 e parágrafo 1º, do artigo 41, todos do Regimento Interno desta Casa de Leis, o Presidente da Comissão, Deputado Leonaldo Paranhos, avocou a relatoria deste parecer e transferiu ao vice-presidente, Deputado Adelino Ribeiro, a presidência da sessão.

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual Dr. Batista a obrigatoriedade legal da "disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON, nos locais que especifica e dá outras providências"

Assim, esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que a existência de atendimento ao consumidor diretamente nos locais de concentração do consumo não apenas melhoraria a relação com os fornecedores mas, também, auxiliaria na redução do tempo e do custo do atendimento junto ao PROCON.

D. L.
18/8
78

Alás, esta Comissão tem envidados esforços no sentido de garantir os recursos necessários à defesa do consumidor e ao bom funcionamento do PROCON notadamente no que se refere à destinação dos recursos do FECON – Fundo Estadual de Defesa do Consumidor que, até então eram recolhidos ao caixa do Estado do Paraná e agora estarão à disposição das entidades de defesa do consumidor para seu aparelhamento e suprimento de despesas correntes.

Ainda, estamos diligenciando junto à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal, a fim de que mais recursos sejam alocados ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e, conseqüentemente, aos órgãos de defesa do consumidor.

Assim, é o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 248/2011

Sala de Reuniões, 09/11 de 2011.

Deputado Adelinó Ribeiro
Presidente

Deputado Leonardo Paranhos
Relator

Ruy



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado André Bueno



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 248/11

PROJETO DE LEI Nº 248/11

AUTOR: DEPUTADO DR. BATISTA

SÚMULA

DETERMINA A DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA INSTALAÇÃO DE POSTOS DE ATENDIMENTO DO PROCON, NOS LOCAIS QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSTIFICATIVA

Como nossa cultura atual é cada vez maior o crescimento do consumo em nossa sociedade, nos shopping, centros comerciais e supermercados. Muitos consumidores lesados deixam de exercer seus direitos por não existir no momento da compra acessibilidade aos centros de reclamação.

Por entender que com a presença de postos de atendimento do PROCON nestes locais, resultaria numa forma incentivadora e ativa de fazer com que o consumidor exerça seus direitos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente Projeto de Lei.

Sala de Reuniões, 07 de novembro de 2011





DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

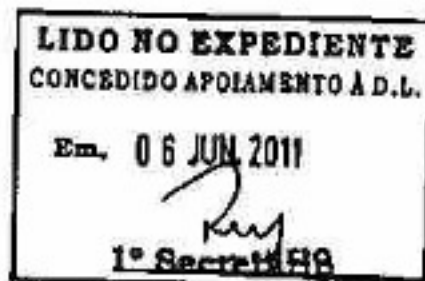


DEPUTADO NELSON GARCIA
RELATOR





Projeto de LEI Nº 475 / DE 2011.



Súmula: Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 16.723/2010.

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 16.723 de 23 de dezembro de 2010, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º. O preço por unidade de medida deve ser exposto nas etiquetas onde esteja registrado o preço de venda do produto e ocupar espaço não inferior a 30% (trinta por cento) do tamanho da fonte do preço de venda do produto, desde que legível."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 2011.

Hermas Junior
Deputado Estadual



Justificativa.

A presente medida tem o objetivo de garantir os avanços e conquistas dos consumidores, principalmente no acesso a informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor.

As novas tecnologias de etiquetas eletrônicas, que substituem na gôndola do autosserviço as etiquetas de papel, sem dúvida, estão vindo para facilitar a vida do consumidor com informações mais corretas, claras e precisas, corrigindo as deficiências do trabalho manual de trocas de etiquetas de papel. A partir desta tecnologia, que já estão disponíveis nos supermercados paranaenses, os preços passam a ser alterados automaticamente pelo computador central da loja de forma simultânea, facilitando a vida do consumidor.

Da forma como está redigido o artigo 2º da Lei 16.723/2010, não seria possível utilizar esta tecnologia, vendida mundialmente e que vem com campos pré-formatados. Da mesma forma, a nova redação visa dar maior clareza e precisão ao novo texto, com a inclusão na redação dos dizeres "desde que legível".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 475/11

Projeto de Lei nº. 475/11
Autor: Deputado Hermas Júnior.

Súmula: Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº. 16.723/2010.

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. REGULAMENTA EXPOSIÇÃO DO PREÇO POR UNIDADE DE MEDIDA. ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI 16.723 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010 QUE ESTABELECE O ACESSO DIRETO AO PRODUTO SEM INTERVENÇÃO DO COMERCIANTE. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 63 E 65 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI 8.078 DE 1990 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermas Júnior tem como intuito dar nova redação ao artigo 2º da Lei n.º. 16.723/2010, a qual objetiva garantir os avanços e conquistas dos consumidores, principalmente o acesso à informação correta, clara e precisa, mais especificamente no que diz respeito as etiquetas eletrônicas que estão sendo implantadas nos comércios do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente cabe ressaltar que a Lei objeto da alteração, foi elaborada pelo então Deputado Wilson Quinteiro, no ano de 2010, fazendo com que os consumidores tenham acesso direto e visível dos preços dos produtos.

O processo legislativo no que se refere à Lei ordinária, que é o caso em tela, está tipificado na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 63, Inciso III, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 43. O processo legislativo compreende a elaboração de:

III - leis ordinárias;

Sobre a Iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a Iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O artigo 6º da LEI 8.078 DE 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor no Brasil, cita sobre os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, sendo vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Na mesma esteira, verificamos o artigo 31º, que trata sobre oferta, vejamos:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Como o Projeto de Lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, a mesma possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de Agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonardo Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adalino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Klotze - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lepion - Deputada Rose Lito - Deputado Péricles de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 475/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor.

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual Hermas Junior a alteração da Lei no. 16.723/2010, no sentido de reduzir o percentual do tamanho da fonte do preço por unidade de medida, com relação ao preço de venda do produto, de 50% (cinquenta por cento), para 30% (trinta por cento).

Assim, esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que, com a chegada de novas tecnologias, referida proporção inviabilizaria a adoção de tais medidas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelineo Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Klebe, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupian

Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Litro



Assim, é o parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei 475/2011.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

DEPUTADO PARANHOS
Presidente

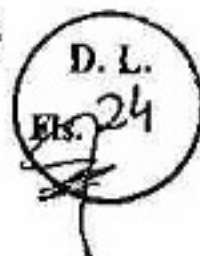
DEPUTADO ADELINO RIBEIRO
Relator

[Assinatura]
Pedro Lupian

[Assinatura]
Péricles de Mello



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado André Bueno



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER PROJETO DE LEI Nº 475/11

AUTOR: DEPUTADO HERMAS JÚNIOR

SÚMULA: DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI Nº 16.723/2010

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR REGULAMENTA EXPOSIÇÃO DO PREÇO POR UNIDADE DE MEDIDA. ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI 16.723/2010, QUE ESTABELECE O ACESSO DIRETO AO PRODUTO.

PREÂMBULO

REGULAMENTA EXPOSIÇÃO DO PREÇO POR UNIDADE DE MEDIDA. ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI 16.723/2010, QUE ESTABELECE O ACESSO DIRETO AO PRODUTO.

FUNDAMENTAÇÃO

COMO O PROJETO DE LEI EM QUESTÃO NÃO ESTÁ ELENCADE NO ROL DE EXCLUSIVIDADE DO GOVERNADOR, A MESMA POSSUI A LEGALIDADE NECESSÁRIA PARA QUE TENHA APROVAÇÃO.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado André Bueno



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DIANTE DO EXPOSTO, OPINA-SE PELA APROVAÇÃO
DO PRESENTE PROJETO DE LEI POR ESTAREM
PRESENTES TODOS OS REQUISITOS
CONSTITUCIONAIS DA TÉCNICA LEGISLATIVA.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


RÉLATOR LEONALDO PARANHOS

SALA DAS COMISSÕES, 09 DE NOVEMBRO DE 2011





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.
Fls. 02

Projeto de Lei Nº 493, DE 2011.

ARQUIVADO NO EXPEDIENTE
CONCESSÃO APOIAMENTO A D.L.

Em, 08 JUN 2011

1º Secretário

Súmula: OBRIGA AÇOUGUES E
SUPERMERCADOS A FORNECEREM
INFORMAÇÕES SOBRE SEUS
PRODUTOS E RESPECTIVOS
FORNECEDORES.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta a
seguinte Lei:

Art. 1º - Os Açougues, Supermercados ou Comerciantes de
carnes, em geral, ficam obrigados a expor, em local visível aos consumidores, o
nome, telefone e endereço do frigorífico fornecedor do produto colocado à venda.

Art. 2º - O não cumprimento desta lei acarretará as penas e
multas prevista no Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.078, de 11 de
setembro de 1990, cujos valores serão revertidos em valor do Fundo Estadual de
Defesa do Consumidor - FECON.

Art. 3º - Caberá ao PROCON (Coordenadoria Estadual de
Proteção e Defesa do Consumidor) a fiscalização do cumprimento da presente
Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em ____ de ____ de 2011.

Nelson Garcia
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Justificativa.

Diante da dificuldade de se manter um eficiente controle da qualidade de produção vendidos no varejo, fora de suas embalagens originais, se faz necessário criar meios capazes de amenizar a inserção de produtos de qualidade duvidosa no mercado, diminuindo desta forma a atuação indiscriminada de frigoríficos clandestinos, bem como o risco de se levar a mesa do consumidor um alimento que ofereça danos a saúde.

Tal lei dará ao próprio consumidor o direito-dever de denunciar em casos de informações controversas ou duvidosas, ou seja, se as informações contidas nas notas não estiverem concordes com os produtos expostos na vitrine, o produto em questão poderá ter origem duvidosa.

Outra irregularidade que será possível identificar, diz respeito à aquisição do produto, pois em razão da rotatividade de produtos no estabelecimento, uma nota fiscal com data de muitos dias colocaria aquela mercadoria como suspeita.

A Constituição Federal e Estadual asseguram ao estado a competência legislativa sobre consumo e proteção à saúde.

No mesmo norte, o Projeto de Lei em comento, não se insere dentre aqueles de atribuição privativa do Poder Executivo.

1 Desta Forma, espero o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, cujos benefícios ao consumidor são inegáveis e certamente, também terão o apoio do setor.

Man



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 493/11

Projeto de Lei nº 493/11

Autor: Deputado Nelson Garcia

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por finalidade obrigar os açougues, supermercados ou comerciantes de carne, em geral, a exporem, em local visível aos consumidores, o nome, telefone e endereço do frigorífico fornecedor do produto colocado à venda.

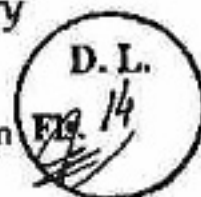
EMBASAMENTO JURÍDICO

Conforme Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Arl. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição estadual do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Por conseguinte, cumpre abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, inciso V e VII, que dispõe a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito ao consumo e à responsabilidade por dano ao consumidor, conforme segue:

Art. 24. compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção de consumo;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se o assunto corresponde ao direito do consumidor à informação.

O artigo 6º da Lei 8.078 DE 1990, que instituiu o Código de defesa do consumidor no Brasil, cita sobre os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, sendo vejamos:

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Na mesma estelra, verificamos o artigo 31º, que trata sobre oferta, vejamos:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.



Como o projeto de Lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, a mesma possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.

Diante do exposto, o projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.

Por fim, quanto à técnica legislativa e, com o objetivo de sanar o vício apresentado no artigo 3º do Projeto de Lei ora em tela, que atribui função ao Executivo, propõe-se uma Emenda Modificativa, nos termos do artigo 23, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - Apresentar substitutivos, emendas e subemendas.

Neste sentido, dispõe o artigo 137, § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas substitutivas, aditivas ou modificativas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.


Fls. 12


§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pelas aprovação do presente Projeto de lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da Emenda Substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 493/2011

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa o art. 3º do Projeto de Lei nº 493/11 a contar com a seguinte redação:

Art. 3º. A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.

Comissão de Constituição e Justiça

Relator

[Assinaturas manuscritas]

Praca Nossa Senhora da Saíete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 493/11

PREÂMBULO

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nelson Garcia, visa obrigar açougues e supermercados a fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores.

DA TRAMITAÇÃO

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Esta matéria visa criar meios capazes de amenizar a inserção de produtos de qualidade duvidosa no mercado.

O nobre autor, através da aprovação desta medida, diminuirá a atuação indiscriminada de frigoríficos clandestinos em nosso Estado, através de um maior controle nesta área

O controle dar-se-á pela exposição de informações acerca do nome, telefone e endereço do fornecedor.


Em sendo assim, o projeto é extremamente meritório, louvável a iniciativa do nobre parlamentar.

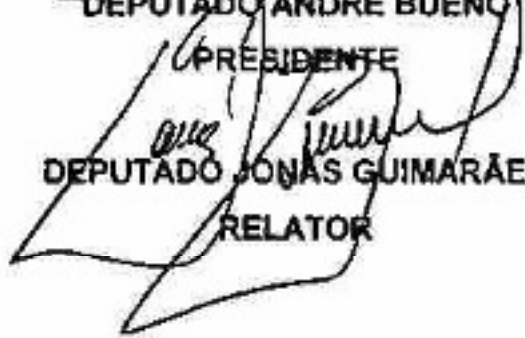
DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por não haver óbice, exaramos parecer ela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões,


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
RELATOR










COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

**Parecer ao Projeto de Lei nº
493/2011**

Projeto de Lei nº 493/2011 - "Obriga açougues e supermercados a fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores."

Chamada esta Comissão Permanente a opinar sobre o Projeto de Lei nº 493/2011, de autoria do digníssimo Deputado Nelson Garcia, coube a este parlamentar apresentar parecer à comissão.

Trata-se de um Projeto de Lei que: "Obriga açougues e supermercados a fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores".

O Projeto de lei em tela já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, bem como da Comissão de Indústria e Comércio.

No que tange a competência regimental desta Comissão, o projeto atende aos princípios constitucionais e legais no que concerne a Saúde Pública.

A intenção do autor é de extrema importância e garantirá o respeito à saúde do consumidor. Evitando a inserção de produtos de qualidade e procedência duvidosa tanto da carne como de seus derivados, o consumidor pode fazer o controle dos alimentos que está consumindo, o que é de suma importância à manutenção da saúde.

Além da questão da saúde pública o projeto apresenta importância também econômica, pois indiretamente colma a comercialização de carne proveniente de roubo, desvio ou de origem clandestina, sem a devida impressão sanitária.

Com toda esta contribuição à saúde pública, somos **FAVORÁVEIS** ao prosseguimento do projeto de lei.

Sala das comissões, 28 de Setembro de 2011.

Dep. Uir Batista
Presidente

Dep. Luiz Eduardo Cheida
Relator

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonardo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Cleiton Klebe - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Lúcio - Deputado Párcio de Mello

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Paracer ao Projeto de Lei n. 493/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Indústria e Comércio e da Comissão de Saúde Pública, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor.

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Nelson Garcia, a obrigatoriedade legal da informação sobre a origem dos produtos comercializados em açougues e supermercados no Estado do Paraná.

D. L.
27
Els.

Esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que tal medida visa garantir ao consumidor a ampla informação sobre a qualidade dos produtos que está adquirindo, notadamente por tratar-se de gênero alimentício de curto prazo de validade, acaso não condicionado adequadamente.

Assim, é o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 493/2011.

Sala de Reuniões, 06/12 de 2011.

Deputado Paranhos
Presidente

Deputado Pedro Lupion
Relator

[Handwritten signatures and marks]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.
Em, 06 JUL. 2011
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 563/11

Súmula: Institui o Dia Estadual de Combate a Crueldade Contra Animais.

Art. 1º - Fica inserido no calendário oficial do Estado do Paraná, o dia Estadual de Combate a Crueldade Contra Animais, a ser comemorado no dia 10 de dezembro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/07/11

MARCELO RANGEL
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa instituir no calendário oficial do Estado o Dia do Combate a Crueldade Contra Animais.

A Crueldade contra animais é, infelizmente, é uma prática bastante freqüente mesmo nos dias atuais e apesar da comoção popular.

A data escolhida para ser comemorado o Dia de Combate a Crueldade Contra Animais, 10 de dezembro, foi determinada sob a perspectiva de que este é o Dia Internacional dos Direitos do Animais. A Assembleia Geral das Nações Unidas ratificou a Declaração dos Direitos do Homem em 10 de dezembro de 1948, no mesmo dia do aniversário da ratificação da declaração que reconhece os direitos do ser humano, deseja-se alertar que todos os animais – e não apenas os humanos – merecem ter direitos, pretendendo-se assim alargar esses direitos humanos fundamentais a todas as criaturas sensíveis.

Um dos temas jurídicos que tem tomado vulto e importantes debates entre os estudiosos do direito no Brasil, é o que diz respeito a legalidade ou não dos eventos populares como rodeios, vaquejadas ou outras festas populares que utilizam animais para o entretenimento do público, assim como o abandono de animais de estimação como cães e gatos.

Dentre os muitos assuntos em torno deste tema, o que pretende-se com a referida proposta é promover um dia específico em nosso Estado para que seja comemorado o combate a qualquer tipo de crueldade contra animais, levantando-se assim mais discussões em torno deste tema e visando a promoção enfática de combate a este tipo de crueldade.

Diante do exposto e da importância da presente proposição pedimos o seu apoio e conseqüente aprovação nesta Casa de Leis.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei nº 561/11

Autora: Deputado Estadual Marcelo Rangel

Súmula: Cria o "Dia Estadual de Combate a Crueldade Contra Animais", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, objetiva inserir no Calendário Estadual o dia Estadual de Combate a Crueldade Contra Animais, a ser comemorado anualmente, no dia 10 do mês de dezembro.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, cabe ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, de verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, no caput do artigo 190, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais. Veja-se:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

Quanto à matéria, conclui a doutrina constitucionalista que "a própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹".

Ainda, considerando a plena competência atribuída constitucionalmente, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia.; Veja-se:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fis 13

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Avalizando o disposto regimental, a Constituição do Estado do Paraná. Veja-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Dessa forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e da técnica legislativa.

Curitiba, 05 de 10 de 2011.

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dep. Caetano
Quintana

Concedido Vistas ao
Senhor Deputado
Evandro Fr
em 27, 09, 2011

Praça Nossa Senhora da Salete s/n - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



COMISSÃO DA AGRICULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI 561/11

Projeto de Lei nº 561/11

Autor: Deputado Marcelo Rangel

Sumula: Institui o "Dia Estadual de Combate a Crueldade Contra Animais" no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI O "DIA ESTADUAL DE COMBATE A CRUELDADE CONTRA ANIMAIS" NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ. APROVAÇÃO.

I - SÍNTESE FÁTICA

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Dia Estadual de Combate a Crueldade Contra Animais" a ser comemorado anualmente na data de 10 de dezembro. O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, estando apto a ter seu mérito analisado também por esta Comissão temática.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



II - MÉRITO

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto de lei, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33-E do Regimento Interno.

Pois bem.

Visa o presente projeto de lei a criação de data para comemoração do "Dia Estadual de Combate a Crueldade Contra Animais", a qual coincide com o Dia Internacional de Direitos dos Animais, a fim de promover um dia específico no Estado do Paraná para que seja comemorado o combate a qualquer tipo de crueldade contra animais, dando ênfase ao combate a este tipo de crueldade que infelizmente ainda é bastante frequente nos dias atuais.

Portanto, não havendo óbice que impeça o trâmite normal deste projeto, bem como não há atualmente no Calendário Oficial do Estado do Paraná nenhuma outra data semelhante, opino pela aprovação do presente projeto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion




III - CONCLUSÃO

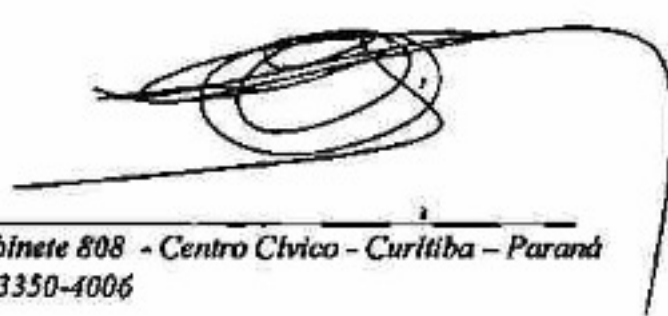
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO HERMAS JUNIOR
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR







PROJETO DE LEI Nº.

671/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 AGO/2011

1º Secretário

Determina que em todos os brinquedos e demais atrações existentes em parques diversões, no âmbito do Estado do Paraná, sejam mantidas placas informativas com dados referentes à manutenção, vistoria técnica e eventuais riscos na utilização, fixadas em locais bem visíveis para o público e dá outras providências.

Art. 1º. A administração dos parques de diversões existentes no Estado do Paraná manterá, em cada um dos brinquedos e atrações existentes, placas informativas, fixadas na entrada de cada brinquedo ou atração, com letras bem visíveis para o público, com dados referentes à manutenção e vistoria técnica daquela diversão, bem como dos eventuais riscos inerentes à sua utilização.

§1º. Para efeito do disposto no *caput*, entendem-se, como dados referentes à manutenção, a data em que a mesma foi realizada, bem como quando deverá ser feita a próxima manutenção, e o número do laudo de vistoria, emitido pelas autoridades públicas competentes.

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

D. L.
Fls. 03
7.

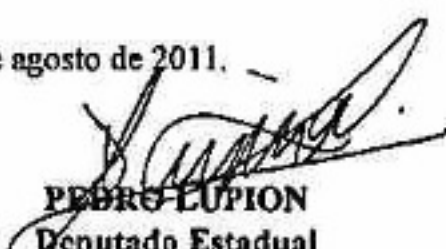
§2º. Para efeito do disposto no *caput*, entendem-se como informações relativas aos eventuais riscos inerentes à utilização do brinquedo ou da atração, informações que indiquem riscos para as eventuais pessoas portadoras de doenças.

Art. 2º. A não observância do disposto no artigo anterior e seus parágrafos acarretará aos parques de diversões multa de 200 (duzentas) Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR), dobrando em caso de reincidência.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2011.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



JUSTIFICATIVA:

Inicialmente, convém considerar que prestar informações sobre brinquedos e atrações existentes em parques de diversões, onde não raro acontecem acidentes, é uma forma de alertar a população e, conseqüentemente, proteger e defender a saúde de todos.

E, nesse sentido, a Constituição Federal, no seu artigo 24, especificamente no inciso XII, é clara ao afirmar que cabe também aos Estados legislarem sobre assuntos relacionados à saúde, certo ainda que nos Estados a competência original em legislar cabe às respectivas Assembléias Legislativas.

O jornal Gazeta do Povo, edição de 14 de agosto último, trouxe uma notícia intitulada "Acidente em parque de diversões deixa um morto, diz polícia". A notícia discorria sobre um acidente ocorrido em Vargem Grande na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Um pedaço de um brinquedo teria se desprendido e, com a queda, matou uma adolescente de 17 anos de idade e deixou outras oito pessoas feridas.

No passado, outros acidentes se sucederam em diferentes Parques de Diversões pelo país, sejam eles mais ou menos sofisticados.

Acreditamos que a medida proposta, levando informações para o público sobre a manutenção dos brinquedos e das atrações, dados dos laudos de vistorias, bem como informações complementares sobre riscos para a saúde, terminam por



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupton

D. L.
Fls. 05
P.

auxiliar as decisões das pessoas no instante de desejarem ou não ingressar numa dessas diversões. Além do que, o fato do local estar obrigado a indicar tais informações publicamente, é também um elemento a mais para garantir que as vistorias e manutenções sejam feitas adequadamente e no tempo certo.

Dessa maneira, contamos, uma vez mais, com o inestimável apoio de nossos nobres Deputados para a aprovação desta importante propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 671/11

Projeto de Lei nº 671/11
Autor: Deputado Estadual Pedro Lupion

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por finalidade dispor sobre a afixação de placas nos brinquedos de parques de Diversões no âmbito do Estado do Paraná, contendo dados referentes a manutenção, vistoria técnica e riscos em sua utilização, tendo como objetivo alertar a população a cerca dos riscos na utilização dos brinquedos e proteger a saúde destes.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Conforme estabelece a Constituição Estadual, em seu artigo 65, a Assembleia pode iniciar o processo legislativo para propositura de projetos de lei, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborando com tal entendimento, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, dispõe em seu artigo 121 e 124, senão vejamos:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competências da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Assembléia com sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

No que diz respeito da obrigatoriedade da afixação de placas nos brinquedos de Parques de Diversões no âmbito do Estado o Paraná, contendo dados referentes a manutenção, vistoria técnica e riscos em sua utilização, a Constituição Federal, estabelece competência legislativa concorrente a respeito da proteção a saúde e responsabilidade por danos causados ao consumidor, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Sendo assim, resta claro que o presente projeto trata de matéria a ser disciplinada pelo Estado do Paraná, de forma plena diante da inexistência de legislação federal. Logo, o



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D 118

presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade, merecendo prosperar nesta casa de leis.

Contudo, demonstra-se necessário realizar uma Emenda Supressiva no artigo 3º, tendo em vista que esse artigo especifica em quantos dias o Poder Executivo regulamentará a Lei, quando deveria constar apenas que o Poder Executivo é que regulamentará.

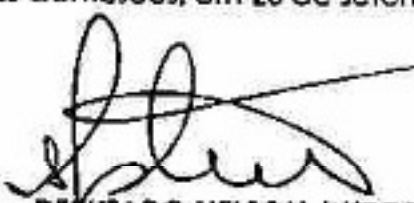
Desse modo, no que se refere à lei de responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.


Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei encontra-se revestido de constitucionalidade e legalidade.

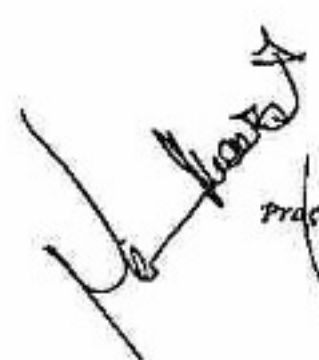


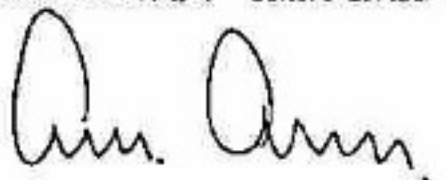
CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela aprovação do Presente projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da Emenda Supressiva.

Sala das Comissões, em 20 de setembro 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTOS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury





Emenda supressiva – projeto de lei nº 671/11



Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, para contar com a seguinte redação:

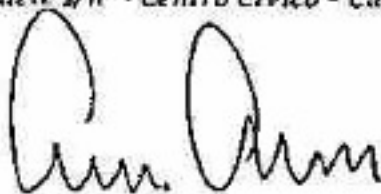
Art. 3º O Poder Executivo regulamentará o presente lei.

Sala das Comissões em, 20 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTOS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Saíete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Gleiton Kiehn - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rosa Ulro - Deputado Párcles de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 671/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor;

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual Pedro Lupion a obrigatoriedade legal de "que em todos os brinquedos e demais atrações existentes em parques de diversões, no âmbito do Estado do Paraná, sejam mantidas placas informativas com dados referentes à manutenção, vistoria técnica e eventuais riscos na utilização, fixadas em locais visíveis para o público e dá outras providência".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. L.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Meilo e Deputada Rose Litro

Fis. 22

Assim, a Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que, não se trata de uma possibilidade, mas de uma exigência legal o pleno acesso do consumidor à tais informações, ainda mais em se tratando do público infanto-juvenil, o que poderá vir a evitar a ocorrência de novos acidentes, como os recentemente verificados.

Assim, é o parecer FAVORÁVEL ao prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei nº 671/2011.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.

DEPUTADO PARANHOS

Presidente

DEPUTADO CLEITON KIELSE

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 671/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, Determina que em todos os brinquedos existentes em parques de diversões no âmbito do Estado do Paraná, sejam mantidas placas informativas com dados referentes a manutenção, vistoria técnica e eventuais riscos na utilização, fixadas em locais bem visíveis para o público e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável com emenda supressiva da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §8º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.


É mister destacar que a determinação das placas informativas, em brinquedos e atrações, é de grande importância, pois conscientizará os usuários, evitando acidentes graves.


CONCLUSÃO


Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 07 de Novembro de 2011.


Mauro Moraes
Presidente da Comissão


Cleiton Kiesel
Relator


R. ACCIOLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 671/11

O Projeto de Lei nº 671/11, em análise, de autoria do Deputado Pedro Lupion, determina que em todos os brinquedos e demais atrações existentes em parques de diversões, no âmbito do Estado do Paraná, sejam mantidas placas informativas com dados referentes à manutenção, vistoria técnica e eventuais riscos na utilização, fixadas em locais bem visíveis para o público e dá outras providências.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor, e a de Segurança Pública, emitiram pareceres favoráveis, com a primeira apresentando emenda supressiva.

Entendemos que a proposição merece apoio, de vez que objetiva a proteção das pessoas que utilizam entretenimentos dessa natureza, que como temos acompanhado pelos meios de comunicação, a falta de manutenção e cuidados necessários têm causados acidentes fatais, e a medida visa assegurar que os equipamentos sejam vistoriados, demonstrando que foi realizada a inspeção em placas informativas neles fixadas, bem como os eventuais riscos a que ficarão expostas ao utilizá-los.

Diante do exposto, esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno, manifesta parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO, na forma da emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Deputado TONINHO WANDSCHEER
Relator

Deputado DR. BATISTA
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

ps. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 SET. 2011

Pravt
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

735/11

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado Vice- Prefeito José Tibério, o trecho da rodovia interestadual do distrito de Malré, do município de Lupionópolis, a Porto Anís Abudi, divisa com o Estado de São Paulo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em, 12 de setembro de 2011


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

JOSÉ TIBÉRIO, nasceu em 25 de julho de 1931, natural de Mococa, estado de São Paulo, agricultor, casado, pai de sete filhos, pioneiro do Município de Lupionópolis. Foi Vice-Prefeito de 1973 a 1976, foi vereador de 1969 a 1972 e foi Secretário Geral do Município de 1977 a 1980.

À frente do município de Lupionópolis, administrou com competência, austeridade e dedicação, buscando sempre condições para um maior desenvolvimento econômico e social daquela comunidade, realizando obras de suma importância visando a melhoria de vida e bem estar-estar de seus munícipes, merecendo portanto essa justa homenagem que ora proponho.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO 735/2011

Projeto da Lei nº 735/2011
Autor: Deputado Alexandre Curi

Súmula: Fica Denominado Vice-Prefeito José Tibério, o trecho da rodovia interestadual do distrito de Mairá, do Município de Lupionópolis, a Porto Anís Abudi, divisa com o Estado de São Paulo.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DE RODOVIA.
POSSIBILIDADE. TRECHO INTEGRA O
SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL,
CONFORME LEI 16635/2010. DECRETO
2205/2011. CONSTITUCIONALIDADE.
APROVAÇÃO. PARECER FAVORAVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por objetivo denominar de Vice-Prefeito José Tibério, o trecho da rodovia interestadual do distrito de Mairá, do Município de Lupionópolis, a Porto Anís Abudi, divisa com o Estado de São Paulo, tendo como objetivo homenageá-lo, tendo em vista que desempenhou importante papel para o Município.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada;

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Contudo, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o trecho a que se pretende denominar não pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Mesmo com a resposta negativa da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística e Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, já existe a Lei 16.635/2010, a qual ESTADUALIZOU o trecho em discussão.

Não bastasse a Lei citada, temos o DECRETO 2205/2011, que aprovou o Sistema Rodoviário Estadual. Em virtude da Lei citada e do referido Decreto, a proposição possui a legalidade necessária para a aprovação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

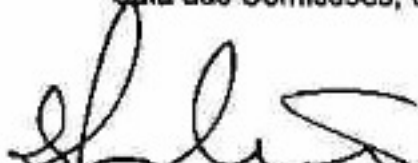
Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Comissões, 06 de Dezembro de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Cesar Silvestri Filho
Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Marcelo Rangel
Vice-Presidente: Deputado Francisco Böhrer
MEMBROS

Deputado Adelfino Ribalro; Deputado Ademir Bier; Deputado Elton Welter;
Deputado Pastor Edson Preczyk; Deputado Tarso Kato.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 735/2011

Projeto de Lei nº 735/2011
Autor: Deputado Alexandre Curi

Súmula: Fica denominado Vice-Prefeito José Tibério, o trecho da rodovia interestadual do Distrito de Maira, do Município de Lupionópolis, a Porto Anis Abudi.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 735/11, de autoria do Deputado Alexandre Curi, denomina Vice-Prefeito José Tibério, o trecho da rodovia interestadual do Distrito de Maira, do município de Lupionópolis, a Porto Anis Abudi.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 735/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva dar denominação a uma rodovia, com parecer favorável do Departamento de Estradas e Rodagens. Tal proposição, faz uma honrosa homenagem ao Vice Prefeito José Tibério, um ilustre pioneiro do Município de Lupionópolis no Estado do Paraná, que muito contribuiu para o crescimento do município, exercendo vários cargos de importante destaque, fazendo jus a essa digna homenagem.

Cumpré a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, vindo de encontro ao interesse público em homenagear um cidadão tão ilustre e que faz parte da história do município.

Desta forma, o **Projeto de Lei 735/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.




Desta forma opto pela Aprovação do referido Projeto de Lei 735/11, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

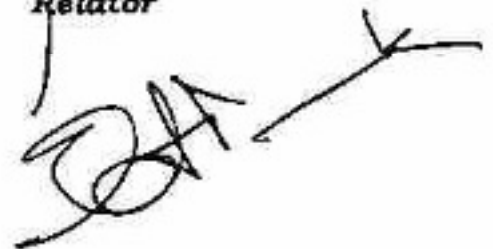
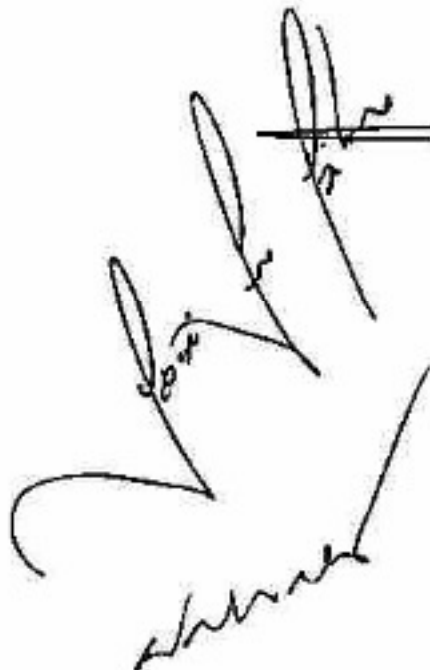
Sala das Comissões em 13 de dezembro de 2011.



MARCELO RANGEL
Presidente da Comissão



Adelino Ribeiro
Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO 784/2011

Projeto de Lei nº 784/2011
Autor: Deputado Nelson Garcia

SÍNTESE: DENOMINA RODOVIA PREFEITO ANTONIO MILTON DE OLIVEIRA LUCENA, O TRECHO DA PR 082 COMPREENDIDO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE NOVA OLÍMPIA E RONDON.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE O TRECHO A SER DENOMINADO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Garcia, tem por objetivo denominar de Prefeito Antonio Milton de Oliveira Lucena, o Trecho da PR 082 compreendido entre os Municípios de Nova Olímpia e Rondon, tendo como objetivo homenagear o Prefeito Municipal, tendo em vista sua liderança regional.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 22

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 28 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A Iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.

Deputado Nelson Justus
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

Deputado Tadeu Veneri
DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR

Deputado Nelson Justus
Carta Deputado



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



Presidente: Deputado Marcelo Rangel
Vice-Presidente: Deputado Francisco Bührer
MEMBROS

Deputado Adelfino Rübelen; Deputado Bler; Deputado Elton Welter;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tenno Kato.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 784/2011

Projeto de Lei nº 784/2011
Autor: Deputado Nelson Garcia

Súmula: Denomina Rodovia
Prefeito Antonio Milton de
Oliveira Lucena, o trecho da PR
082 compreendido entre os
Municípios de Nova Olímpia e
Rondon.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 784/11, de autoria do Deputado Nelson Garcia, denomina RODOVIA PREFEITO ANTONIO MILTON DE OLIVEIRA LUCENA, O TRECHO DA PR 082 COMPREENDIDO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE NOVA OLÍMPIA E RONDON.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 784/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva dar denominação a uma rodovia, com parecer favorável do Departamento de Estradas e Rodagens. Tal proposição, faz uma honrosa homenagem ao Sr. Antonio Milton de Oliveira Lucena, um morador ilustre do Município de Cidade Gaúcha no Estado do Paraná, que muito contribuiu para o crescimento do município, exerceu vários cargos de importantes destaques no município, falecendo no cargo de prefeito municipal.

D. L.
Fls. 27

Cumprê a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, vindo de encontro ao interesse público em homenagear um cidadão tão ilustre e que faz parte da história do município.

Desta forma, o Projeto de Lei 784/11 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta estará fazendo uma homenagem justa a um cidadão que contribuiu de forma esplêndida com a história do município.

Desta forma opto pela Aprovação do referido Projeto de Lei
784/11, em sua forma apresentada.

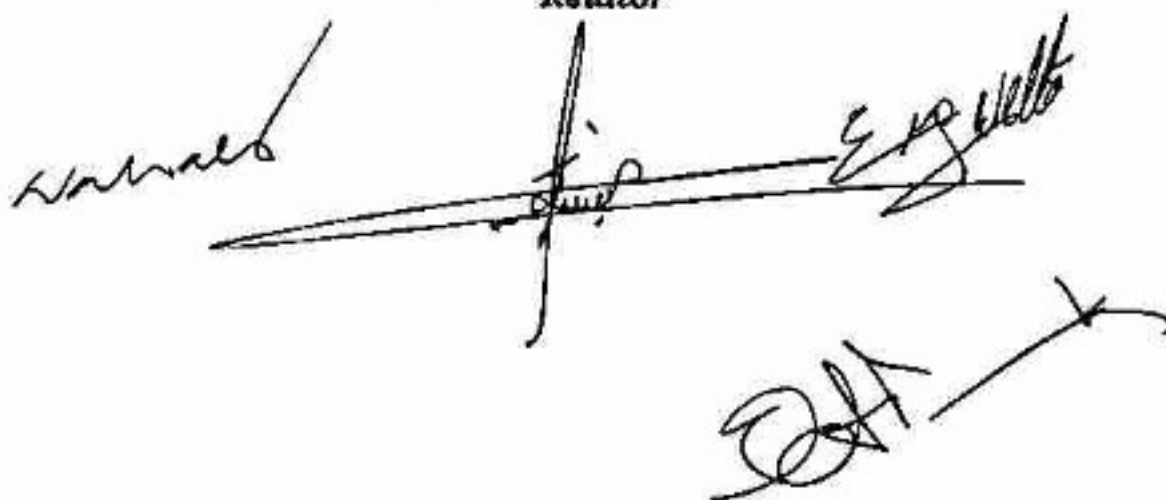


Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 2011.


MARCELO RANGEL
Presidente da Comissão


Francisco Buhrer
Relator

Several handwritten signatures and marks are present at the bottom of the page. On the left, there is a signature that appears to be 'Rangel'. In the center, there is a large, stylized signature that looks like 'F. Buhrer'. To the right of this, there is another signature that appears to be 'G. S. Vello'. Below these, there is a large, stylized mark that looks like '2011' or '2012'.